



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680220 - RS (2021/0219543-4)

RELATOR : **MINISTRO OLINDO MENEZES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 1ª REGIÃO)**
IMPETRANTE : MICHELE LUCAS DE CASTRO
ADVOGADO : MICHELE LUCAS DE CASTRO - RS107993
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
PACIENTE : ELISANGELA MASSENA DO COUTO (PRESO)
PACIENTE : ANDERSON LUIZ ISZCZENKO CORTEZ (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de ELISANGELA MASSENA DO COUTO e ANDERSON LUIZ ISZCZENKO CORTEZ em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 5026501-61.2021.8.21.7000/RS).

Os pacientes foram presos em flagrante e denunciados por suposta prática dos delitos descritos nos arts. 33 e 35 da Lei n. 11.343/2006, sendo o flagrante convertido em prisão preventiva (fls. 115-119).

As impetrantes afirmam que os pacientes são primários e não registram antecedentes criminais, sendo Elisangela genitora de uma criança de 12 anos de idade, que depende da mãe.

Defendem a nulidade do flagrante, ante a inexistência de mandado de busca e apreensão ou de autorização dos moradores para ingresso na residência, sendo de rigor a concessão da liberdade aos pacientes, ou, caso assim não se entenda, a concessão da prisão domiciliar à Elisangela.

Requerem, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor dos pacientes ou a aplicação de medidas cautelares diversas da prisão previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O deferimento de liminar em *habeas corpus* é medida excepcional, cabível

apenas em hipóteses de patente ilegalidade. Assim, há necessidade de prova pré-constituída acerca do alegado constrangimento ilegal.

No caso, as impetrantes não juntaram aos autos o inteiro teor do acórdão impugnado mas, tão somente, a ementa do julgado (fl. 323). A deficiência na instrução do *writ* impede a análise da plausibilidade do pedido de liminar formulado.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo, além de cópia do inteiro teor do aresto proferido nos autos do HC n. 5026501-61.2021.8.21.7000/RS.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente